



ACÓRDÃO Nº157/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11934/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Manaus Previdência – Manausprev.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Daniela Cristina da Eira Correa Benayon (Ordenador de Despesa),
Silvino Vieira Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5716, Mario Jose Pereira Junior -
OAB/AM 3731, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9179, Mauricio Sousa da Silva -
OAB/AM 9015, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7413
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº
3961/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Manaus
Previdência - MANAUSPREV. Exercício de 2019.

*Regularidade. Quitação. Recomendação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Sr. **Silvino Vieira Neto**, responsável pelo Regimento Próprio Previdência de Manaus-Manausprev, referentes à competência de janeiro do exercício financeiro de 2019, nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96.
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas da Sra **Daniela Cristina da Eira Correa Benayon**, responsável pelo Regimento Próprio Previdência de Manaus- Manausprev referentes às competências de fevereiro a dezembro do exercício financeiro de 2019, nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96.



ACÓRDÃO Nº157/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar quitação ao Senhor **Silvino Vieira Neto**, responsável pelo Manausprev, (período de janeiro de 2019), nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96.

10.4. Dar quitação à Senhora **Daniela Cristina da Eira Correa Benayon**, responsável pelo Manausprev (período de fevereiro a dezembro de 2019), nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96.

10.5. Recomendar ao Manaus Previdência - Manausprev, que observe as ponderações dispostas no Relatório -Voto, quais sejam:

10.5.1. promover a realização de prévia e criteriosa avaliação do bem imóvel que se pretende alienar, elaborada por profissional legalmente habilitado e distinto das avaliações já realizadas, cuja finalidade é servir de parâmetro e definição do valor final de venda, nos moldes dos arts. 17 e 19 da Lei nº 8.666/93, referente ao item 1 da Notificação nº 30/2020; (item 1 DICERP)

10.5.2. observe atentamente a renovação de credenciamento dos gestores de ativos, no lapso temporal determinado pelo artigo 3º, §3º, da Portaria MPS n. 519/2011; (item 4 e 5 DICERP)

10.5.3. promover à elaboração do orçamento básico para contratação de serviços de engenharia consultiva, de índices de referência locais vigentes para os fatores de mão de obra, encargos sociais e tributos, de forma a observar as variações temporais e, sobretudo, territoriais daqueles. (*item DICOP*)

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno:

10.6.1. Encaminhe à atual Administração do Órgão cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

10.6.2. Notifique as partes interessadas, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

10.6.3. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Março de 2022.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº157/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora.

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral.